

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010312-30.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Paulo Cesar de Aguiar**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que há algum tempo é titular de linha telefônica que especificou junto à ré, a qual de forma inexplicável parou de funcionar.

Não conseguindo resolver o problema, almeja à condenação da ré para que regularizar a situação do funcionamento da linha juntamente com os créditos por ele inseridos.

No mérito, a ré não refutou os fatos articulados pelo autor, e inclusive asseverou que tendo em vista falha sistêmica a linha do autor foi transferido a um terceiro de boa-fé, não sendo possível portanto o seu retorno à titularidade do autor.

Impõe-se, portanto, o acolhimento do pedido

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

inicial.

Por fim, ressalvo que o autor em momento algum postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, de sorte que deixam de ser analisadas as considerações expendidas pela ré em contestação quanto ao assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condena a ré a tomar as providências necessárias para que a linha telefônica nº (16) 98125-1415 seja restituída à titularidade do autor, incumbindo a esta no prazo máximo de cinco dias deixá-la em regular funcionamento, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Ressalvo, todavia, que desde já, tendo em vista que a ré alegou a impossibilidade de cumprimento da obrigação converto-a para fixar a indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, no valor de R\$4.000,00.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**